

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REGULAÇÃO								
DOCENTE	FELIPE ROQUETE								
CÓDIGO	GRDDIRELE284	SEMESTRE	2024.1	PERÍODO	6°/10°	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30H

EMENTA	Novas tecnologias e direito. Conceito de inteligência Artificial. Aspectos empíricos do desenvolvimento e implementação de novas tecnologias e IA. Impactos da Inteligência Artificial. Estratégias regulatórias e IA.								
OBJETIVOS	Compreender (i) as dimensões conceituais do fenômeno, (ii) como o Direito lida com suas implicações e (iii) as características das propostas de regulação.								
METODOLOGIA	As aulas buscarão se apoiar em três estratégias complementares: teoria, casos práticos e discussão. A partir da contribuição dos alunos, buscar-se-á proporcionar aprendizagem significativa, resgatando elementos do conhecimento prévio dos alunos. Dessa forma, a dinâmica em sala de aula buscará criar proporcionar aos alunos ferramentas para que solucionem questões com as quais se depararão no futuro.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018		Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação do curso: objetivos, metodologia, avaliação e bibliografia.								
2	Novas tecnologias e Direito.								
3	Conceito de Inteligência Artificial.								

4	Aspectos empíricos do desenvolvimento e implementação de novas tecnologias e IA: incentivos.
5	Estudo de caso n. 01: SyRI.
6	Aspectos empíricos do desenvolvimento e implementação de novas tecnologias e IA: empiria.
7	Avaliação 01: trabalho em grupo
8	Estudo de caso n. 02: IA na atividade de investigação pelo Estado.
9	Impactos da Inteligência Artificial: tecno-otimismo e tecno-catastrofismo.
10	Impactos da Inteligência Artificial: discriminação, grupos vulneráveis e empatia.
11	Avaliação 02: apresentação das resenhas individuais
12	Impactos da Inteligência Artificial: emprego.
13	Estudo de caso n. 03: Modelos generativos.
14	Estratégias regulatórias e IA: modelos.
15	Estratégias regulatórias e IA: propostas.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	X Regulação
	Justiça e Sociedade
	X Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Trabalho em grupo (50%), resenha de artigo (30%) e participação em sala de aula (20%).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>Easterbrook, Frank H. Cyberspace and the Law of the Horse, University of Chicago Legal Forum 207, 1996. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=2147&context=journal_articles</p> <p>Baptista, P., & Keller, C. I. (2016). Por que, quando e como regular as novas tecnologias? Os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. Revista De Direito Administrativo, 273, 123–163. https://doi.org/10.12660/rda.v273.2016.66659</p> <p>Belli, L., Gaspar, W. B., and Curzi, Y. AI Regulation in Brazil: advancements, flows and need to learn from the data protection experience. In Computer Law and Security Review: Special Issue on Artificial Intelligence and Data Protection in Latin America. (2022). Disponível em: https://www.sciencedirect.com/journal/computer-law-and-security-review/special-issue/10SD06FBTBZ [PREPRINT version]</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>Acemoglu, D.; Johnson, S. Power and Progress: Our Thousand-year Struggle Over Technology and Prosperity. PublicAffairs, 2023.</p> <p>Armstrong, S. & Bostrom, N. & Shulman, C. (2013): "Racing to the precipice: a model of artificial intelligence development", Technical Report #2013-1, Future of Humanity Institute, Oxford University: pp. 1-8. Disponível em: https://www.fhi.ox.ac.uk/wp-content/uploads/Racing-to-the-precipice-a-model-of-artificial-intelligence-development.pdf</p> <p>Bradford, A. Digital Empires: the global battle to regulate technology. Oxford: Oxford University Press, 2023.</p> <p>Crootof, Rebecca and Ard, BJ, Structuring Techlaw (December 18, 2020). 34 Harvard Journal of Law & Technology 347 (2021), Univ. of Wisconsin Legal Studies Research Paper No. 1761, Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3664124</p> <p>Crowford, K. Atlas of AI. New Haven: Yale University Press, 2021.</p> <p>Friedman, D. D. Does Technology Require New Law? Public Policy, v. 25, 2001. Disponível em: https://digitalcommons.law.scu.edu/facpubs/22/</p> <p>Maas, M. and Villalobos Ruiz, J. J. International AI Institutions: A Literature Review of Models, Examples, and Proposals (September 22, 2023). AI Foundations Report 1, Disponível em: https://ssrn.com/abstract=4579773 ou http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4579773</p> <p>Muller, IAPP. International Definitions of Artificial Intelligence, Report, 2023. Disponível em: https://iapp.org/resources/article/international-definitions-of-ai/</p>
--------------------------------------	---